

**O PNAE e sua relevância como política pública social frente ao processo de ensino-
aprendizagem: estudo de casos no município de Salinas, Minas Gerais**

Claudineide Maria dos Santos
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Minas Gerais, Brasil
Endereço eletrônico: claudineide.santos@ifnmg.edu.br

Luciana Canário Mendes
Universidade do Estado da Bahia, Bahia, Brasil
Endereço eletrônico: uciana.mendes@ifnmg.edu.br

505

Palavras-chave: Abismo Social. Equidade. Fome. Segurança Alimentar

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como principal objetivo discutir, de forma panorâmica, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), explorando aspectos desde as bases históricas e legais até o processo de implantação no município de Salinas, Minas Gerais. A pesquisa (em andamento) tem sido realizada no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG).

É sabido que o PNAE à luz do art. 4º da Lei n.º 11.947/2009, objetiva assegurar o acesso à alimentação e nutrição adequadas e, por conseguinte, contribuir com o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem e o rendimento escolar, bem como estimular hábitos alimentares saudáveis (Brasil, 2009).

Perante o exposto, Cassol e Nogueira (2022) fundamentam que o PNAE é uma política pública de ordem complementar à política educacional e atua na contemporaneidade como relevante instrumento de acesso a alimentos de qualidade nutricional por parte dos estudantes oriundos de escolas públicas distribuídas por todo o território brasileiro.

Posto isto, busca-se de modo geral analisar os reflexos do PNAE no cotidiano escolar de uma instituição escolar pública do município de Salinas/MG. De forma mais específica, procura-se compreender a gênese do PNAE em um panorama histórico e legal, bem como, sua implantação em uma unidade escolar da rede pública de Salinas/MG;

Realização:



Apoio:



identificar o impacto desta política pública na redução das disparidades no acesso à alimentação adequada e saudável entre os alunos oriundos desta instituição; assim como verificar as perspectivas desse programa no que tange ao fomento da agricultura familiar.

A motivação para esse estudo surgiu a partir de um cenário fortemente marcado por desigualdades sociais visualizado durante a atuação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Programa de Residência Pedagógica (PRP) e projeto autoral intitulado “Alimentação saudável”, desenvolvidos no município de Salinas, MG. Na oportunidade, vivenciamos relatos de diversas crianças quanto a ausência de recursos financeiros para subsidiar suas necessidades essenciais voltadas à alimentação, sendo comumente a alimentação escolar o único recurso disponível às mesmas.

Justifica-se ainda pela escassez de produção científica local, no que tange ao tema foco deste estudo, associada a relevância da alimentação escolar para o desenvolvimento cognitivo, desempenho escolar e permanência dos alunos na escola (Nogueira *et al.*, 2020). Assim como, pelos impactos sociais e econômicos acarretados pelo PNAE, tornando imprescindível a investigação e compreensão da efetividade desta política pública social frente ao processo de ensino-aprendizagem.

METODOLOGIA

A presente pesquisa apresenta natureza básica e abordagem qualitativa, e é do tipo exploratória e descritiva. Por conseguinte, os procedimentos metodológicos adotados foram a pesquisa bibliográfica, a documental e o estudo de caso. A escola campo de condução deste estudo é o CEMEI Professor Darcy Ribeiro, o qual oferta a etapa da educação infantil, atendendo cerca de 189 crianças de 0 a 5 anos, sendo 114 provenientes da creche e 75 da pré-escola (PPP, 2022).

Foram adotados como instrumentos de tomada de dados, entrevistas do tipo semiestruturada, as quais serão aplicadas à gestão e aos(as) merendeiros(as) escolares, almejando identificar desde os aspectos legais e perspectivas do PNAE quanto aos aspectos nutricionais e diversidade das refeições servidas. Assim como, um questionário semiestruturado, o qual será aplicado aos pais e/ou responsáveis dos alunos.

Este último, será constituído por perguntas abertas e fechadas relacionadas desde ao perfil socioeconômico até a quantidade e qualidade das refeições realizadas pelos seus

Realização:



Apoio:



filhos durante a sua rotina diária. Ressalta-se que após o consentimento das partes mencionadas, serão requeridas a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Sob esta ótica, os dados obtidos por meio da análise dos materiais inerentes ao PNAE serão correlacionados com as informações inferidas das entrevistas semiestruturadas e do questionário semiestruturado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados analisados no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição em estudo, apontam que uma ampla parcela de seus estudantes reside em áreas de alta vulnerabilidade social no município, e que o subsídio familiar advém de um salário mínimo (PPP, 2022). Nesse íterim, é imperioso ratificar a relevância deste Programa frente a carência socioeconômica destas crianças.

Conforme os dados disponibilizados no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), estão sendo atendidos no município de Salinas/MG, por meio do PNAE, no ano letivo de 2024, 3399 alunos oriundos da rede municipal e APAE. No que tange a etapa da educação infantil, foco deste estudo, atende-se cerca de 797 alunos na pré-escola e 432 na creche (Brasil, 2024a).

Sob tal perspectiva, os dados apresentados na Tabela 1, induzem à uma reflexão de extrema relevância quanto ao objeto de estudo, no que tange aos propósitos do programa perante os recursos financeiros repassados pelo FNDE. Deste modo, o que se coloca em pauta é quanto a (im)possibilidade de assegurar o acesso à alimentação e nutrição adequadas diante dos valores repassados.

Tabela 1 - Valores totais repassados pelo FNDE no mês de junho de 2024 para a oferta da alimentação escolar conforme a etapa ou modalidade de ensino em Salinas/MG.

Junho/2024	
Etapa e Modalidade de Ensino	Valor total
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	R\$ 262,40
Ensino Fundamental	R\$ 21.090,00
Pré-escola	R\$ 11.476,80
Escolas quilombolas	R\$ 1.905,00
Creches	R\$ 11.836,80
Atendimento Educacional Especializado (AEE)	R\$ 394,40

Fonte: Elaborada pelas autoras com base em Brasil (2024b);

Realização:



Apoio:



Ao correlacionar o número de alunos atendidos pelo PNAE na pré-escola (797), por exemplo, com o valor repassado para esta etapa (R\$ 11.476,80), é possível depreender que o valor destinado por aluno para a obtenção da alimentação escolar mensal é cerca de R\$ 14,42. Valor este, insuficiente para garantir o preconizado na legislação vigente.

Dados que corroboram os encontrados por Oliveira (2020) em um estudo desenvolvido nos municípios do norte de Minas Gerais (Rio Pardo de Minas e Taiobeiras). O autor aponta que foi consenso entre os gestores públicos municipais entrevistados que os recursos repassados pelo Governo Federal são insuficientes para fornecer a alimentação escolar de forma adequada e satisfatória. Com isso, há prejuízos em atender as necessidades nutricionais do alunado e no alcance dos objetivos do PNAE.

Neste cenário, é pertinente citar Alves e Cunha (2020), as quais apresentam que a alimentação saudável é imprescindível para o desenvolvimento humano, afetando positivamente em diversas funções do organismo, primordialmente, no que tange ao desenvolvimento de crianças e adolescentes em idade escolar, melhoria da aprendizagem e do desempenho escolar. Em suma, diante da relevância da alimentação saudável, cabe debater, portanto, se as políticas públicas de nosso país tendem a melhorar as condições de vida ou indicam para a extinção da humanidade.

CONCLUSÕES

O PNAE pode se constituir como alternativa possível ao abismo social em que vivemos hoje, primordialmente na garantia de segurança alimentar e nutricional dos alunos e no fomento da agricultura familiar. Sobretudo, ao se considerar a primeira infância, em que a nutrição adequada é crucial para o desenvolvimento das crianças. Todavia, a escassez de reajustes nos valores do PNAE tende a impactar a efetividade da segurança alimentar e nutricional, assim como o desenvolvimento da economia local, acarretando o alargamento das desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



REFERÊNCIAS

ALVES, Gabriela Manhães; CUNHA, Teresa Claudina de Oliveira. A importância da alimentação saudável para o desenvolvimento humano. **Revista Perspectivas Online: Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 10, n. 27, p. 46-62, jan./abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Consulta: Clientela Atendida (Censo Escolar)**. Brasília: FNDE, 2024a.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Consulta: Liberação de recursos**. Brasília: FNDE, 2024b.

BRASIL. **Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola [...]. Brasília, DF, 2009.

CASSOL, Bruna; NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. A relação entre alimentação escolar e agricultura familiar no município de Guaraniaçu-PR. **Revista Guará**, v. 1, n. XIII, p. 9-23, jan. 2022.

NOGUEIRA, Rosana Maria *et al.* Interpretação dos gestores da região de Campinas sobre a Alimentação Escolar. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 27, p. 1-16, nov. 2020.

OLIVEIRA, Marcos Vinícius Pereira de. **Programa Nacional de Alimentação Escolar e agricultores familiares**: estudo de caso dos municípios de Rio Pardo de Minas e Taiobeiras. 2021. 148 f. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Belo Horizonte, 2020.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. CEMEI Professor Darcy Ribeiro, Salinas, Minas Gerais. **Dados sobre o Projeto Político Pedagógico da escola**. 2022. 50 p.

Realização:



Apoio:

